

# 4

## **PRÁTICAS CIENTÍFICAS E VULNERABILIDADES: PASSAGENS, INTERDIÇÕES E PONTES PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**

*Camila Maciel Campolina Alves Mantovani <sup>1</sup>*

### **INTRODUÇÃO**

Nem sempre é fácil começar um texto. Cada um de nós tem suas estratégias, rituais e formas de se inspirar. Para alguns, a ideia vem quase pronta e, nesse momento, não há outra coisa que se fazer a não ser escrever. O argumento vai escorrendo por entre os dedos e preenchendo as páginas. Não há pausas. O texto tem sua urgência e precisa acontecer. Quem se vê diante desse tipo de escrita jorrante sabe o preço de não ceder à inspiração. Ela, como uma criança teimosa, vai embora e volta só quando bem entende, já vestida de outras cores e formas. Não é mais a mesma.

Já para outros, a escrita é algo sofrido, levam-se dias até que algo razoável surja por entre ideias aparentemente desconexas. Para esses tipos, disciplina é tudo. Sentar-se todos os dias em frente ao computador cria o compromisso necessário para que os pensamentos relutantes se organizem e, finalmente, terminem com a agonia de quem precisar colocar as ideias no papel.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (UFMG). É jornalista e Doutora em Ciência da Informação. É co-coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades. Seus interesses de pesquisa são: Comunicação Organizacional; Estudos de Usabilidade e Acessibilidade; Mobilidades; Divulgação Científica; Corpo, Deficiência e Tecnologia. Atualmente, é Diretora Adjunta e Coordenadora do Núcleo de Comunicação e Design do Espaço do Conhecimento UFMG. Contato: camilam@ufmg.br.

Para quem se dedica à pesquisa científica, em especial no campo das ciências sociais e humanas, a escrita não cumpre somente a função de descrever fenômenos observados em experimentos mais ou menos controlados, mas diz do conhecimento em si. Muitas vezes, não é possível repetir, verificar, realizar uma mesma coleta com o intuito de se aferir a verdade daquele conhecimento que se constitui enquanto ciência. Observamos, interagimos, apreendemos situações que, talvez, nunca mais se repitam e que por serem únicas e não facilmente replicáveis desafiam o status científico das ciências sociais e humanas. Expõem suas fragilidades, suas vulnerabilidades.

A noção de vulnerabilidade ganhou a cena pública nos últimos anos a partir de uma perspectiva que convida os sujeitos a abraçarem suas fragilidades, reconhecendo suas imperfeições não como algo que necessite ser corrigido, mas como atributos a serem valorizados e reconhecidos. Brené Brown, pesquisadora da Universidade de Houston, dedicada aos estudos sobre vulnerabilidade, coragem, empatia e vergonha, e bastante conhecida pela TED Talk “O poder da vulnerabilidade”, afirma que:

Nossa rejeição da vulnerabilidade deriva com frequência da associação que fazemos entre elas e as emoções sombrias como o medo, a vergonha, o sofrimento, a tristeza e a decepção – sentimentos que não queremos abordar, mesmo quando afetam profundamente a maneira como vivemos, amamos, trabalhamos e até exercemos a liderança. O que muitos não conseguem entender, e que me consumiu uma década de pesquisa para descobrir, é que a vulnerabilidade é também o berço das emoções e das experiências que almejamos (BROWN, 2016. p. 28).

Quando associamos escrita e pesquisa científica, no contexto das universidades e instituições acadêmicas e, em especial no campo das ciências sociais e humanas, a noção de vulnerabilidade nos parece ser

potente na tentativa de se compreender os desafios e riscos envolvidos no processo. A ideia que desejamos partilhar aqui é a de que, quando nos lançamos à empreitada da pesquisa científica, em certa medida, lançamo-nos nesse terreno movediço que nos coloca diante de nossas fragilidades, tendo em vista as potencialidades e os limites da produção do conhecimento.

Se desejamos aqui falar da ciência e, em especial, de questões que se fazem presentes no cotidiano de pesquisadores em diferentes fases de sua carreira, é preciso, então, que comecemos de algum lugar, que indiquemos um ponto de partida. Nossa escolha, um tanto arbitrária, será a de começar a pensar sobre os impulsos e as motivações que nos levam ao fazer científico. Ainda que eles carreguem um certo pragmatismo, fazendo parte de uma decisão (aparentemente) pensada e muito bem-informada, acreditamos que a essa escolha, em certa medida, bastante racional, some-se a existência de um desejo quase atávico por conhecer um pouco mais sobre algo que nos desperta o interesse.

A ressalva é não nos esquecermos de que quem pergunta pelo sentido das coisas e do mundo é o próprio homem ou o sujeito, o qual em seu esforço de entender os enigmas do universo é levado a inquirir o “porquê” e “para quê” das coisas, pela origem e pelo fim que pode ser interno ou externo ao mundo. [...] Outra ressalva é que a natureza e o cosmo, abstraído do homem, são em última análise indiferentes ao sentido ou à falta de sentido, e se o físico, o astrônomo, o biólogo podem perguntar pelo sentido das coisas, ao indagarem pelas três origens (do cosmo, da vida e da consciência) e pelo fim que nos aguarda (a morte térmica, a desaparecimento do homem, o fim dos seres vivos etc.), é para esbarrarem no limite assinalado por Tolstói. O limite é a impotência da ciência e responder às duas questões que mais interessam em nossas vidas e de cuja resposta fica a depender a definição do sentido metafísico-existencial que emprestamos à nossa presença e missão no mundo, a saber: que devemos fazer? Como devemos viver? (DOMIGUES, 2004, p. 122)

Quando damos início à empreitada científica, muitos de nós não imaginam que iremos sair com mais perguntas do que respostas dessa jornada, o que, em certa medida, pode até gerar algumas angústias e desilusões. Tal sensação, que pode vir a acompanhar muitos pesquisadores durante o processo, não é exclusiva de um campo de conhecimento, mas permeia as práticas científicas como um todo.

No que concerne ao seu ao *modus operandi*, vemos que o pensamento científico se fundamenta na relação entre os fenômenos naturais e ou sociais e na capacidade lógica e racional do homem – razão – para apreendê-los, compreendê-los, explicá-los, derivando-se daí um conjunto de regras, leis, modelos explicativos, relatos científicos, que objetivam alcançar a verdade dos fatos.

Cabe aqui ressaltar que não pretendemos, com esta breve definição, ignorar o debate contemporâneo acerca do papel da ciência e do cientista; do que se entende por método científico; do seja a verdade. Não pretendemos também sublimar as diferenças fundamentais entre as ciências sociais e humanas e as ciências naturais e exatas.

No caso, entendemos que tais diferenciações se originam na distinta maneira com que os pesquisadores de cada um desses campos se lançam ao empreendimento científico. Em linhas gerais, enquanto a relação estabelecida pelas ciências naturais e os fenômenos por ela estudados são da ordem das explicações causais, nas ciências sociais há o exercício da compreensão. É necessário, portanto, compreender a experiência humana que se dá a partir de processos vivos, mutáveis, que precisam ser interpretados com vistas a apreender seu sentido. Sobre esse aspecto, podemos dizer que esse processo atuaria na perspectiva de promover uma ruptura com o a familiaridade do social, com o senso comum. (DOMINGUES, 2004).

Retomando o ponto das motivações, podemos dizer que pesquisar é reconhecer uma falta, é duvidar das obviedades que o cotidiano insiste em nos oferecer para, quem sabe, alcançar um entendimento mais amplo acerca de determinados aspectos da vida. E, ao nos lançarmos nesse exercício interpretativo, ainda que nos perguntemos pelos “porquês” e “para que”, estamos, no contexto das ciências sociais e humanas, em busca mais do sentido das coisas, como pontua Domingues (2004, p. 122), do que de uma explicação causal. Então, se desejamos aqui falar sobre a ciência de um lugar que reconhece potências e fragilidades, acreditamos que olhar para os imaginários, as práticas e as condições de produção seja um ponto de partida necessário para a reflexão que buscamos realizar.

Como um exercício inicial, talvez seja importante reconhecer que a produção de conhecimento é permeada por estereótipos: o imaginário do cientista homem, branco, de jaleco e cabelos despenteados, totalmente absorto em seu laboratório, sem tempo a perder com as “futilidades” da vida ainda se faz bastante presente.

O estudo “O que os jovens brasileiros pensam da ciência e da tecnologia?”<sup>2</sup>, conduzido pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT) e publicado em 2019, trouxe informações um tanto curiosas sobre as percepções do público jovem em relação à ciência. O estereótipo acima descrito é corroborado quando mais da metade dos entrevistados

---

<sup>2</sup> “Foram ouvidas 2.206 pessoas com idade entre 15 e 24 anos, residentes em todas as regiões do Brasil. Para seleção dos entrevistados, foi utilizada amostra probabilística até o penúltimo estágio, com aplicação de cotas amostrais de sexo, idade e escolaridade no último estágio. O intervalo de confiança é de 95%, com margem de erro de 2%. As entrevistas, realizadas por equipe treinada, foram feitas em domicílio entre os meses de março e abril de 2019.” (MASSARANI et al, 2019, p. 2) Disponível no link: [https://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/Resumo%20executivo%20survey%20jovens\\_FINAL.pdf](https://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/Resumo%20executivo%20survey%20jovens_FINAL.pdf)

afirmam que “Quando penso em cientistas... Acho provável ou muito provável que...”: “São esquisitos” (60% dos respondentes); “Passam quase o tempo todo sozinhos” (75% dos respondentes); “Em geral, evitam as festas e a vida social (77% dos respondentes)”.

Talvez essa imagem ainda encontre ressonância em certos tipos de fazer científico, seja por características inerentes ao objeto, ao tipo de coleta, ou à metodologia a ser seguida, seja por um desejo do pesquisador em realizar tal performance. Entretanto, o fazer científico que buscamos refletir e tensionar neste texto, há como premissa a manutenção do contato com mundo da vida, com o cotidiano. É um aproximar-se e afastar-se, mergulhar e emergir, transitar entre lugares, imagens, contextos, é deixar-se afetar, mostrar-se vulnerável ao que se deseja conhecer. A essa perspectiva dá-se o nome de “virada afetiva”.

Na virada afetiva, os participantes da pesquisa (observadxs, pesquisadores, leitores, etc.) são considerados em sua capacidade de afetar e ser afetados. Isto dá as pesquisas que fazem parte da virada afetiva características muito singulares e interessantes: a) Sua capacidade de afetar e ser afetado coloca o pesquisador não em uma posição de estudo, mas de comunicação e essa comunicação precisa ser considerada eticamente; b) O que é comunicado são primeiro afetos antes de ser (possivelmente) transformado em conceitos; c) A relação de comunicação ética exige que o contexto e a experiência incorporada sejam compreendidos e induzem uma aprendizagem em vez de uma contribuição para um “knowledge gap”; c) O corpo e a narrativa de si do pesquisador são a mídia dos afetos, eles são importantes. d) O pesquisador tem gênero, raça, posição social, história, conhecimento. Mas um si imerso em um mundo, afetado e afetando, sensível e sentindo, plural singular mas opaco, um si capaz de aprender, de revisar sua narrativa de si (MORICEAU, 2019).

Para os pesquisadores que se filiam a essa perspectiva, a “virada afetiva” se apresenta, ao mesmo tempo, como um lugar de conforto e

também de inquietação. Isso porque, ao mesmo tempo em que possibilita a pesquisadores que não se enquadram em determinadas “caixas” reguladoras do fazer científico um lugar de experimentação, reflexão e crítica, ela os lança ao desafio de pensar outras formas e proposições que rompam com certos paradigmas, mas que ainda sejam reconhecidas como ciência. Na “virada afetiva” (ver MASSUMI, 2002; CLOUGH, 2007; STEWART, 2007; SEIGWORTH; GREGG, 2010), percebemos uma tentativa de trazer para o cenário da pesquisa elementos que, muitas vezes, figuram em segundo plano como texturas, cheiros, cores, e outros gestos ordinários que, numa pesquisa em dimensão afetiva, são resgatados com o intuito de nos fazer ver a complexidade, incoerência, imanência e instabilidade dos fenômenos cotidianos e que, através de metodologias já bem estabelecidas, acabamos por estabilizar, aparar, homogeneizar.

Sabemos que não há pesquisa, nem ciência social sem teoria, mas, ao mesmo tempo, que uma análise empírica permite (ou pode) se descortinar novas maneiras de se compreender a relação entre teoria, observação e participação. Ela engendra novos tipos de entidades pesquisáveis e um novo ou redescoberto campo empírico, além disso, abre novos caminhos para a análise crítica (BÜSCHER; URRY, 2009, p. 99).

Sendo assim, para Knudsen e Stage (2015), os afetos permitem a realização de pesquisas empíricas sob uma perspectiva inovadora na medida em que não se propõem a desafiar ou a desconstruir categorias metodológicas já estabelecidas, mas sim a refletir em bases mais propositivas sobre como essas “categorias podem ser usadas e reinterpretadas de uma forma mais inventiva com o objetivo de engajar com os processos imateriais e afetivos da vida social” (KNUDSEN; STAGE, 2015 p. 1, tradução livre).

Diante disso, no texto que aqui buscamos desenvolver nós nos propomos a olhar para a ciência a partir de uma abordagem afetiva e isso significa, entre outras coisas, reconhecer-nos sujeitos que afetam e são afetados pelo fazer científico. E isso se dá não apenas na relação com os objetos de pesquisa, teorias, conceitos e escolhas metodológicas, mas pelo diálogo, pela trajetória formativa, pelos encontros e desencontros, pelas possibilidades de acolhimento e trocas e até pelos não e desvios de rotas no processo de construção de uma pesquisa que também é o caminho que conduz à formação de um sujeito pesquisador.

### **DE QUE CIÊNCIAS ESTAMOS FALANDO?**

A partir dessa breve introdução, vemos que são muitas as formas de se fazer pesquisa. Dadas as diferenças mais óbvias entre as ciências ditas “duras” (*hard Science*) e as “macias” (*soft Science*), há que se pontuar ainda as diferenças que se apresentam em uma mesma área de conhecimento, por exemplo. A ciência, enquanto fenômeno humano, pode ser abordada a partir de sua dimensão sociológica, filosófica ou história. São diversos os campos científicos que empreendem um esforço reflexivo e crítico em relação à própria ciência, a partir de questionamentos sobre seus processos, lógicas internas e capacidade de responder a problemas postos pela sociedade.

A ciência é hoje uma questão que preocupa cientistas e intelectuais, apresentando-se-nos, talvez pela primeira vez, desde Galileu, não mais apenas como adjuvante do trabalho, da saúde, e das luzes, mas como risco. Já não se discutem as revoluções científicas restringindo-as a seu caráter metodológico, como se os cientistas fossem os trabalhadores da prova *stricto sensu*, os trabalhadores meticolosos da boa consciência. [...] Considera-se a ciência uma das maiores fontes de patologia e mortalidade do mundo contemporâneo, sobretudo depois da Grande Guerra. Enfatiza-se sua

constituição ética e social, seja para desmistificar sua pretensão à neutralidade, seja para apontar o perigo que representa e a responsabilidade política de que deve estar investida. A ciência é apresentada como uma importante forma de poder, sobretudo em sua relação com a alta tecnologia que hoje conhecemos (PORTOCARRERO, 1994, p. 17).

Podemos dizer que, nos últimos anos, o debate acerca daquilo que se entende por ciência esteve em pauta. No entanto, mais que se tornar um exercício crítico que pudesse nos levar a um reconhecimento do quão trabalhosas são as conquistas científicas, tendo em vista o fato de a ciência ser um empreendimento humano e, portanto, sujeita às potencialidades e limitações humanas, nós nos vimos diante de uma tentativa de descredibilizá-la. Desde uma incompreensão acerca das práticas científicas, até uma intencional desvalorização da atividade. Quando refletimos sobre o contexto brasileiro dos últimos 5 anos, em que a pesquisa se dá, majoritariamente, em universidades e outras instituições públicas, as vulnerabilidades inerentes ao fazer científico foram destacadas, por determinadas parcelas da sociedade, para retirar o seu valor.

O fato de a ciência estar na ordem do dia, explica-se não apenas pelo desejo/necessidade que os seres humanos têm de obter determinadas respostas (e garantias) para seus processos de tomada de decisão - desde os mais cotidianos até aqueles de maior impacto nos percursos de vida -, mas também porque a ciência tem se colocado em circulação para além de seus circuitos tradicionais.

O período pós-Segunda Guerra Mundial é citado como marco para referenciar as dinâmicas advindas da então chamada “explosão informacional”, tendo em vista a rápida disseminação de informações propiciada pelos avanços nas tecnologias de informação e comunicação.

A partir daí, surgem campos e práticas de conhecimento que se voltam para o desafio que então se apresentava: organizar e tratar esse conhecimento potencial de maneira a permitir sua disseminação de forma mais acessível e democrática na sociedade. No entanto, as iniciativas para a organização do conhecimento, ao mesmo tempo em que buscavam ampliar o acesso à informação, forneciam condições materiais e intelectuais para a conformação de uma estrutura de validação e legitimação do conhecimento científico e, por conseguinte, da própria ciência.

Ao longo dos anos, o desenvolvimento da ciência e sua crescente disciplinarização fizeram surgir a necessidade da adoção de estratégias e práticas que buscavam exercer algum tipo de controle sobre a produção do conhecimento científico. Tais estratégias englobaram esforços diversos para o aprimoramento práticas e técnicas profissionais de áreas como a Biblioteconomia, a Documentação, a Arquivologia, a Ciência da Informação, a Computação entre outros, numa tentativa de identificar, organizar e tornar acessíveis os fluxos informacionais, não só para os pesquisadores e profissionais que lidavam com as questões mais práticas da informação, como também pelos sujeitos e instituições produtoras de conhecimento – pesquisadores, universidades, centros e instituições de pesquisa – estabelecendo-se assim espaços preferenciais para a circulação das informações de caráter científico. Com isso, buscava-se solucionar alguns problemas relativos à fragmentação da informação, bem como a necessidade de identificação da fonte emissora, por questões de credibilidade e legitimidade.

A velocidade do progresso na ciência sempre esteve fortemente vinculada ao quanto os cientistas são eficientes em comunicar seus resultados de pesquisa aos seus pares e em deixar as pessoas desejosas por implementar os resultados obtidos em novas tecnologias e práticas. Por séculos, a cadeia de comunicação era bastante lenta, baseando-se no processo de cópia de textos científicos à mão. A comunicação científica tinha um alcance local, ocorrendo de forma oral nas poucas universidades existentes. A invenção da imprensa foi um grande passo, permitindo a redução dos custos de impressão dos textos, bem como o estabelecimento de uma comunicação mais sistemática, na forma de publicações científicas regulares. Ao mesmo tempo, os cientistas começaram a se organizar em sociedades científicas, cujo principal objetivo era facilitar a disseminação do conhecimento (BJÖRK, 2007, tradução livre).

Nesse sentido, o sistema de comunicação científica pode ser compreendido como a infraestrutura material da comunidade científica em si, sendo esta última a responsável por legitimar e validar o conhecimento produzido numa área. Sua função é zelar pela “qualidade” e “verdade” do conhecimento científico produzido, protegendo as ciências dos falsários e charlatões com suas teorias oportunistas, o que garantiria a credibilidade e a cientificidade de um determinado campo de conhecimento, ao mesmo tempo em que protegeria a sociedade dos riscos de uma ciência irresponsável. Sendo assim, determinadas formas de publicação alcançaram o status de mediações preferenciais para circulação do conhecimento.

A comunidade científica concedeu às revistas indexadas e arbitradas (com *peer review*) o status de canais preferenciais para a certificação do conhecimento científico e para a comunicação autorizada da ciência e de-lhe, ainda, a atribuição de confirmar a autoria da descoberta científica. As revistas indexadas estão, dessa forma, no centro do sistema tradicional de comunicação científica (MUELLER, 2006, p. 27).

Entretanto, esse processo adquiriu, ao longo do tempo, certos vícios que, nos últimos anos, acreditam alguns pesquisadores, têm dificultado o desenvolvimento da própria ciência. Atualmente, as questões sobre difusão e acesso ao conhecimento passam, invariavelmente, pelas discussões sobre o acesso livre, movimento considerado por muitos autores como um dos mais importantes do nosso século. Quando, nos anos 1990, surgem inovações na forma de publicação científica, houve a “esperança” de que os processos tradicionais de validação do conhecimento científico passariam por mudanças radicais. Porém, o que se viu foi que, “por mais atraentes que fossem, prometendo democratização, transparência e velocidade, as propostas para modificação da prática de avaliação pelos pares nunca conseguiram aprovação, jamais foram legitimadas” (MUELLER, 2006, p. 34).

Apesar de a verdade científica ser produto de consenso e de a lógica em rede e conectada – em que se encontram pesquisadores e instituições acadêmicas – ter, em princípio, a capacidade de democratizar o processo de avaliação do conhecimento científico, substituindo a avaliação anterior pela posterior, por exemplo, na visão de Mueller (2006), para muitos membros da comunidade científica, apenas a forma tradicional de divulgação do conhecimento seria capaz de garantir a segurança necessária para uma ciência legítima.

Portanto, no que concerne ao conhecimento científico, na medida em que assistimos ao seu crescimento e também a novas formas de circulação, vimos surgir mecanismos, processos e ferramentas, seja nas práticas formais ou informais de disseminação e acesso, que buscavam ordenar os fluxos, visando mapear, quantificar, analisar, organizar, mensurar, endereçar. Tudo isso trouxe consequências diversas para a vida do pesquisador, como: poder mapear a produção bibliográfica de

um campo de pesquisa, e assim, também ter sua produção mapeada e mais facilmente acessada seja pelo público geral, seja por pesquisadores interessados; poder usar o espaço virtual para implementar trocas informacionais entre colegas, ampliando sua rede de contatos para além daquela intramuros; poder divulgar seus *insights* em *blogs*, *sites* e outras redes sociais e plataformas digitais como Instagram, Facebook, Twitter, Youtube e até o TikTok e, assim, aproximar-se do público que está fora dos ambientes formais de produção do conhecimento, abrindo possibilidades, inclusive, para outras formas de financiamento da pesquisa (financiamentos coletivos)

Sendo assim, o debate em torno da questão tem variado entre perspectivas mais otimistas, focadas nas possibilidades de abertura e democratização da ciência e suas práticas, e as pessimistas, que demonstram preocupação com essa mesma abertura que, nessa visão, poderia comprometer (ou deslegitimar) o conhecimento produzido pela ciência.

[...] entendemos que legitimação significa tornar legal e que, embora seja um termo originalmente usado no contexto de sistemas legais, os processos que levam uma ação a ser considerada legítima extrapolam os sistemas legais, e esse é o caso da comunicação científica. Legitimação exige consenso. Legitimidade é a crença que autoridades, instituições e organizações sociais são corretas, adequadas e justas, por isso devem ser respeitadas e aceitas. A crença que autoridades e instituições são legítimas compele as pessoas a aceitar suas decisões e a voluntariamente obedecê-las. Legitimidade é um conceito eminentemente subjetivo, restrito a uma época e lugar e provoca a conformidade. No campo da ciência, legitimação é o processo pelo qual o “legislador” encarregado de zelar pelo discurso científico é autorizado, pela comunidade científica, a prescrever as condições que estabelecem se determinado conhecimento pode ser considerado científico (MUELLER, 2006, p. 29-30).

Tendo em vista esse quadro, tomaremos o cuidado de evitar uma análise fundamentada em valorações. Reconhecemos aqui que as dinâmicas contemporâneas de produção de conhecimento, que trazem muitas marcas da interrelação entre as tecnologias e seus desdobramentos em termos de circulação e trocas de informações somam-se aos desafios do fazer científico em si, em especial, para processos de validação do conhecimento.

Na ciência, o movimento de abertura e reconhecimento de suas vulnerabilidades é algo complexo e, por vezes, paradoxal. Paradoxal porque o ideal de cientificidade é sustentado por uma infraestrutura que combina mecanismos diversos como a avaliação entre pares, as formas colegiadas, as sociedades científicas, que buscam organizar e controlar a produção (de) e o acesso ao conhecimento. Como vimos, essas estruturas atuam como filtros que garantem a legitimidade e a validade do conhecimento científico. Portanto, quando outros elementos, que podem gerar inovação e/ou trazer diferentes perspectivas, mas que não são reconhecidos como pertencentes às práticas científicas comumente reconhecidas, entram em cena, eles costumam ser vistos como ameaça, pois sua ação parece ter um efeito “desordenador” dos processos já legitimados e referendados por um determinado grupo ou campo de conhecimento.

Há, portanto, um processo de socialização inerente à construção do conhecimento científico e ele se dá por meio da linguagem, complexo sistema de comunicação compartilhado por uma determinada comunidade. Na medida em que interagimos com os outros e com o ambiente do qual fazemos parte (a comunidade científica, por exemplo), passamos a compor nosso repertório de significação referente a esta prática. Sendo assim, ao criar um código comum, a linguagem permite

a interação entre os membros de uma comunidade que, em tese, compartilham um mesmo contexto histórico, cultural e social. E, justamente, por estabelecer esse campo comum de significados, ela tende a excluir aqueles que não fazem parte dessa comunidade, ou seja, que não estão familiarizados com o código utilizado, bem como com suas regras. Assim, ingressar no universo da ciência e suas práticas exige de nós, pesquisadores, um processo de aquisição de repertório e de aprendizagem que não se refere apenas à área em que desejamos nos inserir, mas também das práticas científicas como um todo. Daí nos perguntamos: Como então aprendemos a fazer ciência?

### **A CIÊNCIA NOSSA DE CADA DIA**

Começamos a nossa trajetória científica de algum lugar. A minha, por exemplo, começou por acaso, quando estava transitando pelos corredores da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) em direção à Escola de Biblioteconomia (atual escola de Ciência da Informação – ECI). Foi na transição entre um prédio e outro, quando não estava nem lá nem cá, que vi cartaz em que se anunciava a oportunidade de bolsa de iniciação científica para estudar semiótica. Já tinha realizado a disciplina no curso de Comunicação Social e, como a maioria dos colegas, havia me encantado pelos signos, sin-signos, quali-signos, legi-signos e tantos outros termos que compunham o universo da Semiótica.

Mais que me tornar especialista no tema (coisa que não me tornei), acabei descobrindo uma habilidade e um gosto (sim, um gosto) que eu sequer imaginava ter pelas mãos de uma orientadora generosa, que me ensinou a ser pesquisadora no campo das ciências sociais e humanas.

Nesse processo, os aprendizados são muitos e praticamente infundáveis, no entanto, existem alguns marcos e um deles tem a ver

com uma das primeiras coisas que a gente aprende que é: todo projeto começa com uma boa pergunta, com uma inquietação! E, nesse exercício de se fazer perguntas, a gente acaba encontrando ali algo para chamar de tema de pesquisa.

O encontro com nosso tema de pesquisa gera uma espécie de enamoramento que nos leva acreditar que ele é só nosso e de mais ninguém. Porém, é bem no segundo passo dessa jornada, que a gente tem nossa primeira desilusão ou choque de realidade, pois, na busca pelo tal “estado da arte” no campo em que iremos realizar a pesquisa vamos nos deparar com as muitas mentes brilhantes que vieram antes de nós e já pensaram sobre aquilo que acreditávamos ser tão único, tão nosso.

Onde, então, achar a tal originalidade quando tudo, absolutamente tudo parece já ter sido pesquisado, revirado, escarafunchado, organizado, documentando e (é claro) devidamente publicado pelas mais renomadas revistas científicas. Nessa perspectiva, a ciência parece, à primeira vista, ser um clube de difícil acesso, sem cotas disponíveis, e que, em nome das tais garantias científicas, revira os olhinhos para os novatos afoitos em escalar a torre de marfim<sup>3</sup>.

Se entrar não é fácil, a permanência também não é garantida e ainda que você pareça ter sido aceito, não dá para descansar ou “baixar a guarda”: “*Publish or perish*” (publicar ou perecer) esse é um dos lemas! Lembro de ter ouvido a famosa frase pela primeira vez de uma professora no mestrado que, em tom solene, alertava-nos para a busca do equilíbrio necessário entre o tempo da reflexão e o tempo de se colocar o conhecimento em circulação. Não podíamos ser precipitados

---

<sup>3</sup> A partir do século XIX, o termo Torre de Marfim foi empregado para caracterizar práticas científicas descoladas da sociedade. Está vinculada a uma ideia de cientistas fazendo ciência pela ciência, de forma que ela se baste e não precise se legitimar ou se justificar perante a sociedade. Representa também a indisponibilidade para diálogos e trocas fora da comunidade científica.

demais, mas também não deveríamos deixar de pôr nossos achados em movimento, pois ciência se faz na troca, precisa dar-se a ver, seja para ser referendada ou refutada/debatida.

Mas conhecimento não é algo que se constrói da noite para o dia, leva tempo para se elaborar e, então, poder transitar por entre pares e, num segundo momento, pelo público em geral nas dinâmicas da divulgação científica. A própria estruturação das etapas de formação de um pesquisador foi organizada e pensada para garantir esse desenvolvimento gradual. Depois de toda a vida escolar no ensino fundamental e médio, temos a entrada na universidade para cursar a graduação e para muitos, esse é o primeiro contato com a pesquisa. Detectado o interesse na carreira acadêmica, os estudantes começam a se preparar para o ingresso na pós-graduação: primeira etapa, o mestrado (*stricto sensu*) e só, depois, o doutorado, última titulação<sup>4</sup> que um pesquisador pode alcançar.

Durante esse período de formação no ensino superior, publicar, só se for em revistas que aceitem produções de mestrandos e/ou doutorandos e, em muitos casos, somente na companhia de um doutor, que, em muitos casos acaba sendo o/a orientador/a, que assume essa escrita também como parte de um processo formativo de seus orientandos. Os congressos também são uma opção viável, porém, apesar de serem espaços extremamente potentes para trocas, as publicações em anais não possuem tanto peso e relevância, o que, em certa medida, pode ser desestimulante para alguns pesquisadores.

---

<sup>4</sup> Apesar de ser referido como um tipo de pós-graduação, o pós-doutorado não é grau acadêmico. Sendo assim, ao contrário do que postula o senso comum, o pós-doutorado não confere um título acadêmico a quem o realiza.

Após essa jornada, que culmina na defesa de tese, é comum pensarmos ter ao ápice de nossa jornada, no entanto, quando se deseja seguir a carreira científica, finalizar o doutorado, muitas vezes, é o passo necessário para que possamos concorrer a vagas em universidades, centros e instituições de pesquisa no Brasil e no Exterior. E, caso seja obtida a aprovação em alguma dessas instituições, dá-se início a uma nova caminhada em busca de afirmação, relevância e reconhecimento. E isso se dá em meio ao exercício de funções diversas ligadas a processos administrativos e de gestão acadêmica. Engana-se quem pensa que o pesquisador/professor passa o dia enfurnado em livros e artigos, numa relação exclusiva com suas disciplinas e temas de pesquisa. Há um bom tempo os prazos, as pressões e as dificuldades de financiamento tornaram a pesquisa bem menos idílica. Além disso, existe uma camada bem robusta de processos administrativos e de gestão que precisam ser enfrentados cotidianamente, seja na busca por financiamentos, seja na prestação de contas pelas verbas recebidas.

Para Shapin (2013, p. 381-2),

[...] um indicativo de autoridade da ciência na cultura acadêmica é a distribuição de dinheiro, uma distribuição que parece refletir - cruel mas eficazmente - as opiniões públicas acerca de quais formas de investigação possuem valor real e quais não possuem. [...] É a ciência, e não a sociologia ou a história, que possui a capacidade de produzir os bens desejados pelos militares e pela indústria, embora haja algumas qualificações óbvias que precisam ser feitas - nem todas as ciências naturais fazem isso, e houve um período, no início do pós-Segunda Guerra mundial, em que havia opiniões sobre como as ciências humanas poderiam dar contribuições maiores para problemas de conflitos, desvios, jogos de guerra estratégicos, condutas racionais de operações militares e desenvolvimento de armas, e a extensão global do poder benigno americano.

A ciência que se pratica sob essa lógica carrega em si a esperança de que, ao conhecer uma determinada realidade, seria possível garantir a justeza de suas recomendações, visando algum tipo de mudança ou resolução. No entanto, essa não é uma garantia possível. Nesse sentido, a ciência viu-se diante de uma certa ordenação de suas práticas de pesquisa que a conduziram para uma organização que se dá em torno de lógicas que buscam atender a necessidades diversas, mas que, em muitos casos, orientam-se para a sustentação de sua capacidade de produzir aquilo que é do interesse de seus financiadores diretos (ou indiretos).

Na obra “A condição pós-moderna”, Lyotard (2009, p. xvi-xvii) aponta que o critério de legitimidade do saber científico se tornaria o da performance do sistema. E, portanto, a questão-chave a ser feita para aferir a validade do conhecimento científico não seria mais um questionamento em torno da ideia de verdade, mas sim: “para que serve isto?”, o que, por conseguinte, se desdobraria em “isto é vendável?” e “isto é eficaz?” (LYOTARD, 2009, p. 92-93). Diante desse fato, pode ser que muitos pesquisadores se vejam impelidos a pesquisar temas que tenham mais apelo para financiamentos e investimentos públicos e/ou privados.

Longe de querer entrar em uma reflexão maniqueísta, que transforme pesquisadores e financiadores em mocinhos e/ou vilões, esse direcionamento das pesquisas pode ter um lado positivo por fazer chegar aos ambientes universitários e de pesquisa as demandas sociais, como também pode ser negativo ao limitar as temáticas pesquisadas com foco naquelas que têm maior aplicabilidade ou potencial para solucionar problemas sociais.

Outra questão importante é que parte do fazer científico demanda colaboração, sendo uma condição *sine qua non* para a pesquisa. Arriscamos dizer que, desde sempre, a produção de conhecimento é uma produção colaborativa. Portanto, não há conhecimento científico que não se faça, de algum modo, dentro da perspectiva das trocas e das parcerias. E, atualmente, essa questão apenas se complexifica diante das tecnologias, por exemplo, que permitem outras formas de co-presença, interação, intercâmbio de dados, manipulação de cenários e ambientes, entre outros.

Para alguns campos de conhecimento e projetos de pesquisa, a questão da colaboração parece estar mais bem resolvida. Por exemplo, o Projeto Genoma Humano, iniciado em 1998 e finalizado em 2003, é reconhecidamente um grande projeto científico, tecnológico, inter, transdisciplinar e essencialmente colaborativo. Por que não temos nenhum problema com isso? Porque está dentro dos parâmetros tradicionais de legitimação e validação pelos pares. Está dentro do universo de autoridade. A grande questão se coloca para os formatos colaborativos emergentes, em que a dimensão da autoridade está dissolvida, seja por uma premissa epistemológica que reconhece as contribuições diversas ao processo de construção do conhecimento, seja por uma estratégia que visa gerar anonimato para obter vantagens indevidas, ou mesmo evitar reconhecimentos que impliquem em remuneração e outros reconhecimentos.

Vale ainda dizer que a interação é a forma operacional da mediação e os ambientes colaborativos são muito diversos, possuindo formas específicas de mediação sociotécnicas, o que torna os ambientes colaborativos extremamente mediados. Nesse sentido, não há uma reinvenção da prática científica, mas uma possível reflexão acerca de

como ela se conforma nesse ambiente mais aberto, com outras formas de mediação. Isso porque as universidades e as instituições de pesquisa continuam sendo o *locus* da produção de conhecimento científico tradicional.

Portanto, se desejamos ensejar práticas científicas que estejam comprometidas com o social, mas não somente de um lugar de atendimento a demandas, mas cujo objetivo, “quando não de transformar diretamente a realidade social, busca colocar mundos em movimento, ou seja, produzir efeitos no real.” (MANTOVANI; PESSOA; BOAVENTURA, 2019, p. 80), precisamos nos desafiar a ocupar outros lugares e, assim, fazer outras perguntas.

### **À GUIA DE CONCLUSÃO**

Ao longo das páginas deste texto, nós nos propusemos a realizar um exercício crítico reflexivo em torno das práticas científicas com o intuito não só de trazer questões importantes que se voltam para a ciência, mas também para reconhecer como trajetórias individuais e coletivas atuam no processo de formação de um pesquisador. É possível perceber que esse exercício não é fácil. Há sempre alguma coisa que nos escapa, principalmente, pelo fato de estamos imersos, até o último fio de cabelo nesse processo.

No entanto, consideramos este esforço válido na medida em que seu objetivo primeiro se relaciona ao processo de humanização da ciência. É preciso dar visibilidade a processos e relações que permeiam a prática, mas que nem sempre encontram espaço para se apresentar e assim gerar importantes reflexões.

No que concerne à abordagem em dimensão afetiva e a ideia da vulnerabilidade, podemos dizer que ao fazermos pesquisa, revelamos,

em certa medida, um modo de estar no mundo. Diante dos atravessamentos sociais, culturais e materiais, que permeiam o fazer científico, corporificar a ciência pode ser um ato político, pois diz de uma tentativa de escapar a certas dinâmicas de controle e regulação que, em última instância, validam determinados saberes, procedimentos e áreas do conhecimento em detrimento a outras. Assim, apesar de sabemos que os caminhos para este outro fazer científico ainda não estão dados, sendo preciso criar alternativas para sua construção, acreditamos na potência criativa e reflexiva que há no fato de nos deixarmos guiar pelos afetos na pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- BROWN, B. **A coragem de ser imperfeito**: como aceitar a própria vulnerabilidade, vencer a vergonha e ousar ser quem você é. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.
- BJORK, B. C. A model of scientific communication as a global distributed information system. **Information Research: An International Electronic Journal**, v. 12, n. 2, 2007.
- BÜSCHER, M.; URRY, J. Mobile Methods and the empirical. **European Journal of Social Theory**, v. 12, n. 1, p. 99-116, Feb. 2009.
- DOMINGUES, I. **Epistemologia das ciências humanas** (Tomo I: Positivismo e hermenêutica: Durkheim e Weber). São Paulo: Loyola, 2004.
- KNUDSEN, B. T.; STAGE, C. Introduction: affective methodologies. In: Knudsen, B. T.; Stage, C. (Ed.). **Affective methodologies: developing cultural research strategies for the study of affect**. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 1-22.
- LYOTARD, J.-F. **A condição pós-moderna**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- MANTOVANI, C.; PESSOA, S.; BOAVENTURA, S. Conheça-te a ti mesmo, enfrenta a ti mesmo: os relatos de si como ponto de partida para a produção de conhecimento. In: PESSOA, S. C.; MARQUES, Â. C. S.; MENDONÇA, C. M. C. (Org.). **Afetos: pesquisas, reflexões e experiências em quatro encontros com Jean-Luc Moriceau**. Belo Horizonte: PPCOM/UFMG, 2019. p. 75-96.

MORICEAU, J.-L. A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis. In: PRATA, N.; PESSOA, S. C. (Org.). **Desigualdades, gêneros e comunicação**, São Paulo: Intercom, 2019. p. 41-49.

MORICEAU, J.-L. Longe da distância representativa: uma pesquisa que comunica e organiza. In: MARQUES, Â. C. S.; OLIVEIRA, I. L.; LIMA, F.; REIS, D. (Org.). **Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2017. p. 205-222.

MUELLER, S. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

SHAPIN, S. **Nunca pura**: estudos históricos de ciência como se fora produzida por pessoas com corpos, situadas no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.